

PFL é contra alteração na emenda do Executivo



Bierrembach prepara o parecer e Chiarelli condena mudanças radicais na emenda Sarney

Relator apresenta parecer dia 8

O relator da comissão mista que examina a emenda de convocação da Constituinte, Flávio Bierrembach (PMDB/SP), intensificará na próxima semana seus estudos sobre a matéria, a fim de apresentar parecer no dia 8 de outubro. Até essa data, a comissão não se reunirá mais, já que que a fase de audiências a representantes da sociedade civil e juristas foi concluída antontem, e a etapa seguinte é a apreciação do parecer.

A maioria dos depoimentos prestados à comissão foi marcada pela defesa de teses que ampliam a participação popular na Constituinte e por divergências ou críticas à emenda governamental. Em dez dos 14 depoimentos, por exemplo, foi defendida a Constituinte exclusiva — separada do Congresso —, que não é bem recebida por deputados e senadores.

O representante da Conclat, sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, sustentou que o Congresso não teria a necessária isenção para elaborar uma constituição, argumento semelhante ao do jurista Dalmo Dallari, membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, para quem uma Constituinte congressional seria um caso típico de legislação em causa própria.

Mais enfático, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, sustentou que qualquer convocação de Constituinte meramente parlamentar resultaria na feitura de uma Constituição natimorta, com a qual o povo não se sentiria comprometido.

O presidente da OAB, Hermann Baeta, sustentou que a mensagem do governo impossibilitaria a elaboração de uma Constituição democrática, ao atribuir poder constituinte originário ao futuro Congresso. E advertiu que os advogados não iriam assumir a responsabilidade de ser coniventes com a elaboração de uma carta que não fosse capaz de resolver os problemas da Nação.

Maior debate

O deputado Roberto Cardoso Alves, secretário-geral do PMDB, declarou ontem que a matéria referente à Constituinte precisa ser mais debatida, porque ainda não foi dividida a soberania nacional nessa proposta, pois 75% dos eleitores do País não sabem o que seja Assembleia Nacional Constituinte.

— Tenho medo da Constituinte ser um padrão de desejo demagógico, plantado no coração do povo brasileiro, dos mais simples, mais humildes, mais carentes intelectualmente, mais necessitados politi-

camente. Padrão de desejos esse que não podemos atender e que venha a brotar em desesperanças, incredibilidade com relação aos políticos.

O paraense Osvaldo Melo, do PDS, que debateu longamente ontem a questão, no plenário da Câmara, pediu que todos estejam "bem atentos" ao curso dos acontecimentos. No seu entender, a sociedade brasileira, que tanto sofreu e lutou por um governo civil, não deverá agora se curvar às imposições de decretos que intentam veladamente autocratizar o processo de elaboração do novo texto constitucional.

Outro paraense, Jorge Arbage, do PDS, diz não aceitar que o Presidente da República, a despeito de sua competência para propor emenda à Constituição, o faça de maneira absolutamente contrária ao princípio constitucional citando que não será objeto de deliberação a emenda que tenda a abolir a Federação e a República.

— Ora, — pergunta o deputado — o que faz o presidente da República senão isso?

Já o deputado Osvaldo Lima Filho, do PMDB de Pernambuco, não vê como o futuro Congresso Constituinte possa se sentir melindrado com a criação de uma comissão de "notáveis".

A bancada do PFL no Senado entende que a mensagem do presidente José Sarney que tramita no Congresso, convocando a Assembleia Nacional Constituinte, não deve sofrer alteração. Essa posição foi firmada ontem em reunião realizada pela manhã, motivada sobretudo pelas notícias de que há um grupo se articulando em favor da retirada da emenda do governo, que, no entendimento dos senadores do PFL, foi elaborada de forma que atende aos compromissos assumidos pela Aliança Democrática.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), destacou que propostas como a de candidaturas avulsas de delegados constitucionais ou eleições em separado «são atípicas» e «inoportunas» ao processo democrático, enfatizando em seguida que a eleição dos constituintes deve, necessariamente, passar pelos partidos políticos.

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), disse, por sua vez, que a proposta do governo é «muito mais sensata, madura e adequada» ao momento político que o País atravessa, além de atender as promessas feitas pelo ex-presidente Tancredo Neves: dar poderes constituintes ao Congresso.

A bancada decidiu ainda não tomar qualquer iniciativa referente à proposta de alteração de prazos para desincompatibilização de políticos que vão concorrer a cargos eletivos, um assunto que, a partir de agora, será negociado diretamente com o governo pelo líder no Senado. Se o Congresso vier a adotar uma posição majoritária quanto à alteração dos prazos — explicou o líder Chiarelli — o PFL no Senado buscará consenso para que o prazo de desincompatibilização fique entre oito e nove meses.

Ainda na reunião de ontem, a bancada pediu ao senador Jutahy Magalhães (BA) que realize estudos visando à atualização do regimento do Senado, de forma a compatibilizá-lo como o «nova realidade democrática e a consequente valorização parlamentar». O senador João Lobo, 2º secretário da Mesa do Senado, também apresentará propostas de alteração da atual estrutura administrativa da Casa, enquanto o senador Aderbal Jurema preparará sugestões básicas sobre as prerrogativas parlamentares. Na próxima quarta-feira haverá nova reunião para discutir esses três assuntos.

Reforma tributária

Na próxima segunda-feira, os senadores do PFL vão se reunir para ouvir relatos dos senadores José Lins e Nivaldo Machado sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento e Reforma Tributária. O objetivo é firmar uma posição técnico-política que servirá de orientação ao líder do partido para a reunião do Conselho Político, na terça-feira.